

## ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2022.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, através de videoconferência, aplicativo Skype, devido ao período de contingenciamento em razão da pandemia do coronavírus, às quinze horas e dezesseis minutos, teve início a décima segunda reunião extraordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, coordenada pelo, Senhor Elionai Dias da Paixão, o qual cumprimentou os conselheiros. Com a palavra à secretária, Senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número dezenove, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Elionai Dias da Paixão**, presente, **Helton Pontes da Costa**, presente, **Arnaldo Santos Filho**, presente, **Eduardo Corrêa Tavares**, presente, **Francisco das Chagas Ferreira Feijó**, presente, **Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro**, presente. **Justificativa de ausência.** Não houve. **ITEM 02 -** Apresentação, apreciação e aprovação das análises do Processo nº 2022.277.701237PA, que trata do Demonstrativo de Investimentos do mês de abril de 2021. (Relator Conselheiro Eduardo Correa Tavares). O Relator apresentou o relatório com as análises dos autos. O demonstrativo de consolidação dos ativos da carteira de investimentos e respectiva ata do CIAP, encaminhado através de despacho do Presidente do COFISPREV (04/08/22, fl. 71), para análise por este Conselho Fiscal. Para instrução, a Divisão de Investimentos e Mercado – DIM encaminhou processo com informações sobre os investimentos na posição de abril de 2021, sob orientação das diretrizes e princípios contidos na Política Anual de Investimentos, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência–CEP, e legislação específica em vigor, definidas pela Resolução Nº 4.963/2021-CMN e Portaria MPS nº 519/2011. A carteira da AMPREV cumpre a legislação e a política de investimentos vigentes, confirmando-se a observância a Resolução 4.963/2021-CMN, com vinculação à Nota Técnica SEI Nº 12/2017-CGACI/SRPPS/SPREV/MF, com alocação diversificada e distribuída. (No relatório o quadro com o resumo dos recursos por instituições financeiras, bem como o gráfico com a distribuição por segmentos). Os demonstrativos evidenciam ainda a estratégia de alocação para os planos previdenciário e financeiro. (Relatório). O mês de abril de 2021, atenuando o cenário de incerteza e maior volatilidade que marcaram o exercício em questão, apresentou resultados positivos em todos os segmentos, superando o primeiro trimestre. A melhora aproximou os resultados da meta, mas ainda abaixo do estabelecido quando considerada a rentabilidade acumulada, especialmente na soma dos planos, ainda negativa. (Relatório). A análise dos rendimentos e da rentabilidade relativa confirmam a melhora no mês de abril, tanto no plano financeiro (153% - R\$ 43.519.631,74) quanto no previdenciário (175% - R\$ 17.819.922,84), confirmando a percepção de observância pelo CIAP das diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos. Resultados muito mais favoráveis que os observados em abril deste ano de 2022, como já analisado neste COFISPREV, especialmente por conta dos mercados internacionais. O confronto do mês de abril de 2021 para o de 2022 é um exemplo do dinamismo da performance da carteira e da subsequente necessidade de uma gestão ativa, postura que vem sendo adotada pelo CIAP. Trata-se de acompanhar de forma ativa os mercados, as recomendações dos economistas e as políticas monetárias estabelecidas pelos bancos centrais brasileiro e internacionais para proteção constante do patrimônio da AMPREV: *Os gestores seguem com visão cautelosa para renda variável no curto prazo. O aumento das incertezas locais e globais motiva tal posicionamento. O resultado resiliente das empresas listadas e o crescimento global do PIB proporcionado pelo mundo pós Covid, são os fatores positivos. No local, risco político, inflação e risco fiscal permanecem como pontos de atenção. Já no global, a perspectiva de redução de liquidez, como reação a escalada da inflação e o impacto das novas variantes da COVID-19, são os principais riscos do momento.* (Carta do Gestor RPPS–abril/2022, elaborado pela Bradesco Asset Management - BRAM). Em abril de 2021, estávamos ainda numa curva ascendente dos mercados internacionais, conforme exemplifica gráfico no relatório,



57 tendência interrompida em 2022. Registra-se ainda o acompanhamento do COFISPREV  
58 nas reuniões do CIAP e diálogos com as instituições que compõem a carteira para tais  
59 movimentações e aplicações, reforçando a governança da gestão dos recursos da  
60 AMPREV. Assim, considerando a observância da diretrizes e princípios contidos na  
61 Política Anual de Investimentos, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência–CEP,  
62 e legislação específica em vigor, definidas pela Resolução Nº 4.963/2021-CMN e Portaria  
63 MPS nº 519/2011, bem como da postura proativa para proteção do patrimônio da  
64 AMPREV e cumprimento parcial da meta de rentabilidade, apesar do contexto econômico  
65 desafiador, voto pela aprovação do demonstrativo mensal referente ao mês de abril de  
66 2021. ITEM 03 - Apresentação, apreciação e aprovação das análises do Processo nº  
67 2022.277.701238PA, que trata do Demonstrativo de Investimentos do mês de maio de  
68 2021. (Relator Conselheiro Eduardo Correa Tavares). O Relator apresentou o relatório  
69 com as análises dos autos. O demonstrativo de consolidação dos ativos da carteira de  
70 investimentos e respectiva ata do CIAP, encaminhado através de despacho do  
71 Presidente do COFISPREV (04/08/22, fl. 68), para análise por este Conselho Fiscal. Para  
72 instrução, a Divisão de Investimentos e Mercado – DIM encaminhou processo com  
73 informações sobre os investimentos na posição de maio de 2021, sob orientação das  
74 diretrizes e princípios contidos na Política Anual de Investimentos, aprovada pelo  
75 Conselho Estadual de Previdência–CEP, e legislação específica em vigor, definidas pela  
76 Resolução Nº 4.963/2021-CMN e Portaria MPS nº 519/2011. A carteira da AMPREV  
77 cumpre a legislação e a política de investimentos vigentes, confirmando-se a observância  
78 a Resolução 4.963/2021-CMN, com vinculação à Nota Técnica SEI Nº 12/2017-  
79 CGACI/SRPPS/SPREV/MF, com alocação diversificada e distribuída. Os demonstrativos  
80 evidenciam ainda a estratégia de alocação para os planos previdenciário e financeiro. O  
81 mês de maio de 2021 – diferentemente do mês anterior – foi o primeiro mês em que a  
82 carteira no exterior apresentou resultados negativos, que a princípio ainda não  
83 justificavam movimentações por parte do CIAP. A melhora observada em abril de 2021  
84 prosseguiu em maio na carteira em geral, atenuando os resultados do segmento de  
85 fundos de investimento no exterior. A análise dos rendimentos e da rentabilidade relativa  
86 indicavam resultados próximos da meta, tanto no plano financeiro (91% - R\$  
87 44.185.393,91) quanto no previdenciário (81% - R\$ 14.274.562,20), confirmando a  
88 percepção de observância pelo CIAP das diretrizes estabelecidas na Política Anual de  
89 Investimentos. Resultados mais favoráveis que os observados em maio deste ano de  
90 2022, como será analisado futuramente neste COFISPREV, especialmente por conta da  
91 crise inflacionária internacional. O confronto do mês de maio de 2021 para o de 2022 é  
92 um exemplo do dinamismo da performance da carteira e da subsequente necessidade de  
93 uma gestão ativa, postura que vem sendo adotada pelo CIAP. Trata-se de acompanhar  
94 de forma ativa os mercados, as recomendações dos economistas e as políticas  
95 monetárias estabelecidas pelos bancos centrais brasileiro e internacionais para proteção  
96 constante do patrimônio da AMPREV: *Os gestores seguem com visão cautelosa para  
97 renda variável no curto prazo. O aumento das incertezas locais e globais motiva tal  
98 posicionamento. O resultado resiliente das empresas listadas e o crescimento global do  
99 PIB proporcionado pelo mundo pós Covid, são os fatores positivos. No local, risco  
100 político, inflação e risco fiscal permanecem como pontos de atenção. Já no global, a  
101 perspectiva de redução de liquidez, como reação a escalada da inflação e o impacto das  
102 novas variantes da COVID-19, são os principais riscos do momento.* (Carta do Gestor  
103 RPPS–abril/2022, elaborado pela Bradesco Asset Management - BRAM). Em maio de  
104 2021, tivemos a primeira interrupção na tendência de curva ascendente dos mercados  
105 internacionais, conforme exemplifica gráfico (relatório), ainda longe do movimento mais  
106 intenso que vem ocorrendo em 2022. Registra-se ainda o acompanhamento do  
107 COFISPREV nas reuniões do CIAP e diálogos com as instituições que compõem a  
108 carteira para tais movimentações e aplicações, reforçando a governança da gestão dos  
109 recursos da AMPREV. Assim, considerando a observância da diretrizes e princípios  
110 contidos na Política Anual de Investimentos, aprovada pelo Conselho Estadual de  
111 Previdência–CEP, e legislação específica em vigor, definidas pela Resolução Nº  
112 4.963/2021-CMN e Portaria MPS nº 519/2011, bem como da postura proativa para



113 proteção do patrimônio da AMPREV e cumprimento parcial da meta de rentabilidade,  
114 apesar do contexto econômico desafiador, voto pela aprovação do demonstrativo mensal  
115 referente ao mês de maio de 2021. ITEM 04 - Apresentação, apreciação e aprovação das  
116 análises do Processo nº 2021.243.801916PA, que trata do Demonstrativo de  
117 Investimentos do mês de junho de 2021. (Relator Conselheiro Eduardo Correa Tavares).  
118 O Relator apresentou o relatório com as análises dos autos. O demonstrativo de  
119 consolidação dos ativos da carteira de investimentos e respectiva ata do CIAP,  
120 encaminhado conforme MEMO nº 081/2021-DIM/DIFAT (13/ago/21), por meio de  
121 despacho do Presidente do COFISPREV (04/ago/22), para análise por este Conselho  
122 Fiscal. Para instrução, a Divisão de Investimentos e Mercado – DIM encaminhou  
123 processo com informações sobre os investimentos na posição de junho de 2021, sob  
124 orientação das diretrizes e princípios contidos na Política Anual de Investimentos,  
125 aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência–CEP, e legislação específica em vigor,  
126 definidas pela Resolução Nº 4.963/2021-CMN e Portaria MPS nº 519/2011. A carteira da  
127 AMPREV cumpre a legislação e a política de investimentos vigentes, confirmando-se a  
128 observância a Resolução 4.963/2021-CMN, com vinculação à Nota Técnica SEI Nº  
129 12/2017-CGACI/SRPPS/SPREV/MF, com alocação diversificada e distribuída (relatório).  
130 Os demonstrativos evidenciam ainda a estratégia de alocação para os planos  
131 previdenciário e financeiro nos demonstrativos. O mês de junho de 2021 – aprofundando  
132 os indicativos negativos do mês anterior – prosseguiu com a carteira no exterior com  
133 resultados negativos, acompanhada dos títulos federais, iniciando os movimentos por  
134 parte do CIAP. A melhora observada em abril de 2021 não se manteve em junho na  
135 carteira em geral, com resultados levemente positivos. A análise dos rendimentos e da  
136 rentabilidade relativa confirmam a piora do cenário, tanto no plano financeiro (24% = R\$  
137 9.558.466,99) quanto no previdenciário (-4% = R\$ -703.409,11), alertando o CIAP para  
138 atuação no sentido de cumprir as diretrizes estabelecidas na Política Anual de  
139 Investimentos. Para exemplificar o detalhamento sobre os resultados, a ata do CIAP  
140 descreve fatos que contribuíram para a tomada de decisão e ajustes na carteira: (...) o  
141 fundo PATRIA SPECIAL OPPORTUNITIES I FIQ FIP, é um fundo de shoppings centers que tem o  
142 Amapá Garden shopping como ativo, o fundo está em fase de desinvestimento, mas com a  
143 pandemia o fundo sofreu e ainda não iniciou o processo de desinvestimento, o fundo principal  
144 passou por um processo de avaliação e como resultado teve redução dos ativos, mas o fundo está  
145 em processo de recuperação financeira (...) – (ata, fl. 75 e 76) (...) os fundos TARPON GT 30  
146 FIC FIA E FIC DE FIA CAIXA AÇÕES LIVRES QUANTITATIVO, são fundos novos com  
147 primeira aplicação de R\$ 7 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente, os fundos BB  
148 AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIROMENT I.E. FI E ITAÚ AÇÕES  
149 EUROPA IE FIC DE FI, são fundos novos com aplicação de R\$ 17 milhões e R\$ 7  
150 milhões, respectivamente (...) – (ata, fl. 77). Resultados não tão negativos quanto os já  
151 observados neste ano de 2022, como será analisado futuramente neste COFISPREV,  
152 especialmente por conta da crise inflacionária internacional. De toda a forma, o mês de  
153 junho de 2021 é um exemplo do dinamismo da performance da carteira e da subsequente  
154 necessidade de uma gestão ativa, postura que vem sendo adotada pelo CIAP. Trata-se  
155 de acompanhar de forma ativa os mercados, as recomendações dos economistas e as  
156 políticas monetárias estabelecidas pelos bancos centrais brasileiro e internacionais para  
157 proteção constante do patrimônio da AMPREV: *Os gestores seguem com visão cautelosa*  
158 *para renda variável no curto prazo. O aumento das incertezas locais e globais motiva tal*  
159 *posicionamento. O resultado resiliente das empresas listadas e o crescimento global do*  
160 *PIB proporcionado pelo mundo pós Covid, são os fatores positivos. No local, risco*  
161 *político, inflação e risco fiscal permanecem como pontos de atenção. Já no global, a*  
162 *perspectiva de redução de liquidez, como reação a escalada da inflação e o impacto das*  
163 *novas variantes da COVID-19, são os principais riscos do momento.* (Carta do Gestor  
164 RPPS–abril/2022, elaborado pela Bradesco Asset Management - BRAM). Em junho de  
165 2021, prosseguiu-se com a tendência de baixa da curva dos mercados internacionais,  
166 conforme exemplifica gráfico (relatório), ainda longe do movimento mais intenso que vem  
167 ocorrendo em 2022. Registra-se ainda o acompanhamento do COFISPREV nas reuniões  
168 do CIAP e diálogos com as instituições que compõem a carteira para tais movimentações



169 e aplicações, reforçando a governança da gestão dos recursos da AMPREV. Assim,  
 170 considerando a observância da diretrizes e princípios contidos na Política Anual de  
 171 Investimentos, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência–CEP, e legislação  
 172 específica em vigor, definidas pela Resolução Nº 4.963/2021-CMN e Portaria MPS nº  
 173 519/2011, bem como da postura proativa para proteção do patrimônio da AMPREV e  
 174 cumprimento parcial da meta de rentabilidade, apesar do contexto econômico desafiador,  
 175 voto pela aprovação do demonstrativo mensal referente ao mês de junho de 2021.  
 176 Adicionalmente, considerando a sistemática recentemente adotada pelo CIAP e fluxo de  
 177 compartilhamento com este COFISPREV, recomenda-se ainda o compartilhamento do  
 178 relatório periódico a ser apresentado de acordo com a regulamentação vigente, após  
 179 apreciação por este conselho, para que os segurados e demais interessados possam  
 180 acompanhar por meio do portal da AMPREV. Registrado a votação dos três relatórios. O  
 181 Conselheiro Helton aprova os três relatórios nos termos do voto do relator. A Conselheira  
 182 Adriane acompanhou o voto e parabenizou o relator. O Conselheiro Arnaldo  
 183 acompanhou o voto do relator na íntegra. O Conselheiro Francisco Feijó acompanhou o  
 184 voto do relator nos três processos. O Presidente Elionai registrou a excelente abordagem  
 185 que o relator tem apresentado nessa tratativa dos investimentos, tem sido muito  
 186 elucidativo a forma que acompanha e traz para o plenário, concluiu acompanhando os  
 187 votos do relator quanto a aprovação dos demonstrativos de investimentos dos meses de  
 188 abril, maio e junho de 2021. **Deliberação: Aprovado por unanimidade de votos os**  
 189 **relatórios/votos das: Análise Técnica nº 048/2022-COFISPREV/AMPREV – que trata**  
 190 **do Processo nº 2022.277.701237PA, Demonstrativo de Investimentos do mês de**  
 191 **abril de 2021; Análise Técnica nº 049/2022-COFISPREV/AMPREV – que trata do**  
 192 **Processo nº 2022.277.701238PA, Demonstrativo de Investimentos do mês de maio**  
 193 **de 2021; e Análise Técnica nº 050/2022-COFISPREV/AMPREV – que trata do**  
 194 **Processo nº 2021.243.801916PA, Demonstrativo de Investimentos do mês de junho**  
 195 **de 2021.** Após anexar no processo suas respectivas Análise Técnica e posteriormente  
 196 serão encaminhados. **ITEM 05** - Apreciação e aprovação da proposta de pauta para  
 197 agenda de reunião com a Diretoria Executiva da AMPREV. (Conselheiro Helton Pontes  
 198 da Costa). O Conselheiro Helton frisou que conforme registro em reuniões anteriores tem  
 199 proposto agendar reunião com a Diretoria da AMPREV, na oportunidade apresentou a  
 200 proposta de pauta para discussão e decisão dos demais. **“Pauta: 1) DIFAT/AMPREV:**  
 201 **Contribuições Mensal do Patronal e dos Segurados dos Poderes: a)**  
 202 **Registro/Controle/Contabilização Mensal das Informações Relativos aos Cadastros dos**  
 203 **Segurados que são enviados para a Instituição; b) Regularidade dos Repasses das**  
 204 **Contribuições Mensais; c) Regularidade dos Repasses de Pagamento dos**  
 205 **Parcelamentos e Reparcamentos. 2) GEAD/AMPREV: a) Inventário:**  
 206 **Registro/Controle/Distribuição/Guarda; b) Estoque:**  
 207 **Registro/Controle/Distribuição/Guarda; c) Imóveis: Registro no cartório de imóveis, novas**  
 208 **aquisições, manutenções/reforma das instalações prediais existentes, situação do prédio**  
 209 **da Prof. Tostes com Antônio Coelho de Carvalho e Leilões; d) Veículos: Relatório de**  
 210 **Manutenções e de consumo de Combustíveis; e) Contratações de Bens e Serviços:**  
 211 **Aditivos/Atas de Registro de Preços/Renovação para os Serviços Contínuos; Portaria de**  
 212 **Nomeação e Relatório dos Fiscais dos Contratos existentes; f) Autos dos Processos**  
 213 **Administrativos em meio Físicos: digitalização. 3) CIAP/AMPREV: a) Demonstrativos de**  
 214 **Investimentos: Relatório Mensal, Envio para a SPPREV/ME; b) Nova Composição atende**  
 215 **aos requisitos de qualificação de acordo com a Portaria n. 1.467/2022. 4) DIBEF/DIBEM-**  
 216 **AMPREV: a) Relatório de Concessões Mensais de Aposentadorias, Pensões, Reserva**  
 217 **Remunerada e Reforma; b) Folha de Pagamentos (Civis/Militares e Celetistas):**  
 218 **publicação mensal no site da AMPREV, de acordo com a legislação de transparência; c)**  
 219 **Perícias Médicas: reavaliação anual dos segurados; d) Procedimentos relativos aos**  
 220 **segurados/beneficiários que não atenderam ao último Censo e foram retirados da folha.**  
 221 **5) PROJUR/AMPREV: a) Regime de Previdência Complementar: informações gerais da**  
 222 **Comissão de Implementação (Decreto n. 1132, de 09/05/2022), de acordo com a Lei**  
 223 **Complementar n. 134/2021; b) Reforma da Previdência; c) Situação do Loteamento**  
 224 **Cajari. 6) PRESIDÊNCIA AMPREV: a) Proposição Legislativa: Estrutura Organizacional**



225 (Quadro de Cargos e Salários)/Concurso Público/Seleção e Regime de Contratação; b)  
226 Demonstrativos de Avaliação Atuarial: censo dos servidores públicos e militares ativos;  
227 informações cadastrais dos Poderes; c) Relatório de Gestão/Governança/Atos de  
228 Transição de Gestão de Governo”. Explicou que são itens que o Conselho ainda não teve  
229 acesso e oportunidade de reunir com a diretoria e se debruçar para analisar, com  
230 exceção dos processos que tratam dos demonstrativos de investimentos que está sendo  
231 remetido, mas requer que seja tratado alguns pontos previsto na nova Portaria MTP nº  
232 1.467/2022, por exemplo, o credenciamento das instituições financeiras e demonstrar que  
233 as informações dos demonstrativos atende as exigências da portaria. Quanto ao **ITEM 06**  
234 - Minuta de Requerimento para acompanhamento dos repasses das contribuições dos  
235 segurados e beneficiários do RPPS e Patronal, bem como de parcelamentos e  
236 reparcelamentos. (Conselheiro Helton Pontes da Costa). Registrou que esteve na  
237 AMPREV, no setor da Diretoria Financeira Atuarial conversando com o diretor, Sr. Diego  
238 Campos, na ocasião lhe foi demonstrado algumas ações de melhorias dos trabalhos da  
239 arrecadação e contabilidade, considerando a competência desse Conselho, de fiscalizar  
240 e acompanhar, entende válido esse tipo de acompanhamento mediante a transição de  
241 governo e possíveis mudanças de gestão, para garantir que este Conselho possa cobrar  
242 a continuidade dos trabalhos. O Presidente acredita louvável essa aproximação junto a  
243 administração, mas fez uma ponderação aos demais conselheiros para tentar esclarecer  
244 o limite da competência do Conselho. O Conselheiro Eduardo complementou e reforçou a  
245 postura proativa do Conselheiro Helton, independente do resultado das eleições teremos  
246 uma nova gestão, e no processo de avanço da AMPREV muita coisa foi construída e  
247 amadurecida, é um processo contínuo, será uma reunião de intervenção preventiva para  
248 buscar o efeito das recomendações nos processos que foram analisados, só não  
249 concorda que o Conselho solicite todos os processos para verificar como estão sendo  
250 feitos. O Presidente concordou olhando por esse ponto do que já foi manifestado e se  
251 gerou alguma repercussão. O Conselheiro Eduardo frisou que concorda que não é  
252 competência do Conselho solicitar todos os processos para fazer gestão, mas verificar se  
253 com as recomendações houve melhoria no fluxo do processo, seria uma conversa de  
254 acompanhamento da receptividade dessas análises. O Conselheiro Arnaldo concordou  
255 que este é o papel do Conselho Fiscal, órgão de controle da Instituição, fiscalização e  
256 não executivo. O Presidente entende que tirando a delimitação de atuação, tudo é bom,  
257 fazer, recomendar no relatório. O Conselheiro Arnaldo frisou que devem consignar essas  
258 eventuais falhas de descumprimento de obrigações, porque são solidários com a  
259 Diretoria Executiva, cumprir o papel para evitar o comprometimento de eventuais  
260 irregularidades que possa acontecer. O Conselheiro Helton destacou que entende as  
261 atribuições do Conselho, que não é de gestão, mas de análise dos atos, o objetivo da  
262 propositura é fiscalizar se estão cumprindo o que prevê a lei. O Presidente concluiu  
263 quanto ao item cinco, a proposta da reunião é válida, os itens da pauta sugerida pelo  
264 Conselheiro serão verificados, juntamente com a redação do requerimento solicitando a  
265 agenda de reunião com a Presidência da AMPREV. O item seis irá analisar porque  
266 entende que adentra na gestão. O Conselheiro Helton destacou que não entende dessa  
267 forma, a Lei nº 0915/05 prevê que as informações da arrecadação têm que ser  
268 repassadas individualmente para a base dados do servidor, o Conselho irá acompanhar e  
269 fiscalizar o cumprimento da legislação, deu exemplo, que a AMPREV está pagando, via  
270 judicial, com juros e correções valores que foram recolhidos indevidamente na folha do  
271 servidor. O Presidente entendeu a solicitação, mas percebe que as informações não virão  
272 da forma que o Conselheiro Helton está colocando, esse acompanhamento é atribuição  
273 do Diretor Financeiro. O Conselheiro Helton discordou com o Presidente, Conselheiro  
274 Elionai, explicou que o trabalho do Conselho é confirmar se as informações estão sendo  
275 repassadas de acordo com a legislação, entende que irão fazer a análise da gestão, será  
276 um processo que irão instruir para acompanhar e confirmar se as informações que são  
277 repassadas está de acordo com a legislação, se a alíquota incide somente sobre a  
278 remuneração, acredita que será proveitoso esse acompanhamento, tem a questão do  
279 parcelamento e reparcelamento que também necessita de acompanhamento, respeita o  
280 posicionamento do colegiado e deixou registrado o seu voto. O Presidente explicou que



281 se a informação chega, é de competência do setor responsável verificar a conformidade,  
282 e não do Conselho Fiscal. O Conselheiro Helton destacou que a competência do  
283 Conselho Fiscal é fiscalizar a conformidade das informações, não será gestão, da mesma  
284 forma ocorre nas análises dos processos de benefícios, a Conselheira recebe o processo  
285 e analisa se está dentro dos parâmetros da lei. O Presidente destacou que quando se  
286 fala em arrecadação estamos tratando de uma área abrangente, e não de um processo  
287 específico de benefícios, está tentado delimitar até aonde chega a competência do  
288 colegiado, se manifestar em um processo específico é diferente, em seguida colocou  
289 para manifestação dos demais, sugerindo que talvez poderiam ser objetivos e solicitar os  
290 processos dos acordos. O Conselheiro Helton discordou do Presidente, será uma análise  
291 das informações sintética de cada poder, assim como existe a manifestação dos  
292 balancetes contábeis, da mesma forma seria esse acompanhamento da arrecadação. A  
293 Conselheira Adriane registrou que foi citado em um congresso em que participou a  
294 importância e competência do Conselho acompanhar o repasse de acordos. O  
295 Conselheiro Eduardo propôs que antes de fazer qualquer solicitação realizar visita no  
296 setor competente, para conhecer os processos e montar uma metodologia de trabalho  
297 para o acompanhamento. O Conselheiro Helton deixou claro que sua intenção não é se  
298 debruçar em todos os processos, mas instaurar um processo para acompanhar, o que  
299 compete a este Conselho é sugerir e recomendar, por exemplo, os acordos estão  
300 disponíveis no portal da transparência. O Presidente colocou em votação primeiro o item  
301 06 pela agenda da reunião com a Presidência e o item 07 que fica sujeita a análise, e o  
302 pedido de informações da Arrecadação na forma mensal. O Conselheiro Eduardo sugeriu  
303 para que não seja criado mais um processo para analisar, mas solicitar os acordos  
304 vigentes e a situação de adimplência de cada, participou da última consolidação de dívida  
305 previdenciária quando estava na SEPLAN e agora pela SEFAZ, alerta para o cuidado no  
306 que irão solicitar para não acarretar somente em análises de acordo. A Conselheira  
307 Adriane concordou com a sugestão do Conselheiro Eduardo. O Conselheiro Arnaldo  
308 concordou com a sugestão do Conselheiro Eduardo, realmente corre risco de  
309 sobrecarregar os trabalhos do Conselho Fiscal, e invadindo competência que não cabe  
310 ao conselho, com todo respeito as colocações do Conselheiro Helton, entende sua  
311 preocupação. O Presidente acompanhou a sugestão do Conselheiro Eduardo. O  
312 Conselheiro Francisco Feijó acompanhou a sugestão do Conselheiro Eduardo, destacou  
313 que a Instituição possui um controle interno e os externos competente para acompanhar  
314 esses atos. **Deliberação: Aprovado pela maioria dos presentes, item 5, o Presidente**  
315 **ficou de intermediar a agenda de reunião com a Presidência da AMPREV, ficando**  
316 **para fechamento os itens de pauta sugerido pelo Conselheiro Helton, item 6, a**  
317 **solicitação de demonstrativo dos acordos vigentes, contendo a situação de**  
318 **adimplência individualizada e informações como: número de processo, quantidade**  
319 **de parcelas recebidas, bem como os valores repassados, índice utilizados para**  
320 **atualização, e outras que se fizerem necessárias. ITEM 07 – Comunicação dos**  
321 **Conselheiros.** Não houve. **ITEM 08 – O que ocorrer.** Não houve. E nada mais havendo  
322 a tratar, o Senhor Presidente do COFISPREV agradeceu a presença de todos e encerrou  
323 a reunião exatamente às dezessete horas e quarenta minutos, da qual eu, Josilene de  
324 Souza Rodrigues, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Senhores  
325 Conselheiros presentes e por mim. Macapá – AP, 19 de agosto de 2022.

326  
327 Elionai Dias da Paixão  
328 **Conselheiro Titular/Presidente do COFISPREV**

329  
330 Helton Pontes da Costa  
331 **Conselheiro Titular/Vice-Presidente do COFISPREV**

332  
333 Arnaldo Santos Filho  
334 **Conselheiro Titular**

335  
336 Eduardo Corrêa Tavares



337 **Conselheiro Titular**  
338  
339 Francisco das Chagas Ferreira Feijó  
340 **Conselheiro Titular**  
341  
342 Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro  
343 **Conselheira Titular**  
344  
345 Josilene de Souza Rodrigues  
346 **Secretária**  
347  
348

